

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Foi anunciado pela Comunicação Social que a TAP vendeu à multinacional Vinci 51% do capital das Lojas Francas de Portugal (49% do capital já se encontrava privatizado).

A possibilidade desta medida estava já incluída no famoso estudo “Project RISE” da Boston Consulting para a TAP que foi tornado público em agosto, e vem confirmar que ele está em implementação, nas costas dos trabalhadores da TAP e da Assembleia da República, apesar de todos os desmentidos e todas as garantias vindas da Administração ou do Governo. Aliás, recordamos que o Governo ainda não respondeu às questões que o PCP colocou por escrito no passado mês de setembro (Pergunta 93/XIII/2) sobre esse estudo, onde estava incluída a necessidade de travar a alienação das Lojas Francas de Portugal.

As LFP são uma empresa altamente lucrativa (mais de 8 milhões por ano) que a Administração da TAP vende, no quadro da estratégia dos interesses privados que se apossaram da companhia, no sentido de capitalizar a empresa à custa dos seus próprios ativos (abdicando de receitas futuras para entradas imediatas de capital), e num quadro em que se avolumam as informações que uma parte desse capital está a ser utilizado na valorização dos ativos de outras empresas que não a TAP (nomeadamente a AZUL). Ou seja, apesar de toda a propaganda em sentido contrário, os famosos “investidores” privados não estão a capitalizar a TAP: estarão sim a capitalizar-se com os ativos da TAP.

As LFP são ainda mais um sector lucrativo da economia nacional entregue às multinacionais, para estas continuarem a sangrar o país e a explorar as nossas infraestruturas públicas. Alguns dirão, são só 8 milhões. Nós dizemos: são mais 8 milhões! No quadro da TAP, as LFP sempre foram uma empresa lucrativa e que contribuía para os resultados do Grupo. Agora, o seu futuro revela-se instável – fala-se já de uma nova venda entre multinacionais – e os seus trabalhadores são integrados numa multinacional que já se revelou disponível para as mais desprezíveis práticas laborais.

Mas esta venda, da TAP à VINCI, recorda-nos um outro perigo que o PCP sinalizou na altura da privatização da ANA: o risco de esta ficar numa posição dominante sobre a TAP, pois a companhia aérea, se pretende continuar a ser nacional, tem de operar nos aeroportos nacionais. Ou seja, fruto da privatização da ANA, a TAP não tem alternativa real à operação nos aeroportos da multinacional Vinci. E as despesas da TAP para a ANA cresceram muito desde a privatização: a TAP paga mais 78% em taxas desde a privatização da ANA, segundo as notícias recentemente vindas a público.

**Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo o seguinte:**

1. O Governo deu o seu acordo à alienação das LFP para a multinacional Vinci?
2. Em caso afirmativo, quais os fundamentos para essa opção? Em caso negativo, que medidas tenciona tomar para defender o interesse nacional?
3. Quais os valores envolvidos na venda?
4. Qual o aumento anual já registado nos custos da TAP para a ANA (taxas, alugueres, etc.) desde a privatização?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 16 de Novembro de 2016

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)